Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19720
Ensaios
Data de publicação: 27 de setembro

AS INTÉRPRETES DO BRASIL: RAÇA, GÊNERO E CLASSE NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS

FIDELAINY SOUSA SILVA (UNESPAR-PR)
Doutora em Teoria da Literatura. Professora do curso de Letras Português Inglês da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campus de União da Vitória. Desenvolve pesquisas nas áreas de literatura brasileira contemporânea, literatura negra, autoria de mulheres negras e crítica literária. ORCID: 0000-0002-7754-3201.

RESUMO

Este artigo investiga como a literatura contemporânea de mulheres negras brasileiras provoca um deslocamento epistêmico no campo literário. Partindo do pressuposto de que a autoria negra não é apenas uma ampliação temática ou intervenção política-cultural, mas uma transformação das próprias condições do fazer literário. Esse reconhecimento parte de redes coletivas antes de chegar aos espaços tradicionais de consagração. O presente artigo percorre três eixos articulados pelo conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 1989): raça, gênero e classe. No eixo da raça, há um fundamento central em torno de como escritoras negras desafiam os mecanismos históricos de exclusão epistêmica que entregam a produção legítima do saber a homens brancos, a partir das contribuições de bell hooks, Lélia Gonzalez e Rita Terezinha Schmidt. No eixo gênero, existe um traçado feito com as autoras negras brasileiras, desde Maria Firmina dos Reis a Conceição Evaristo, cujo conceito de escrevivência ressignifica a escrita literária negra e a coloca também como mote teórico, porque a relação entre experiência vivida, a memória e ancestralidade negra convergem para ampliar o campo literário. No eixo da classe, os mecanismos de legitimação literária operam de forma desigual para as autoras negras: elas podem ser intelectuais e escritoras, mas raramente alcançam espaços de prestígio, como demonstram as trajetórias de Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus e tantas outras. A partir de Patricia Hill Collins, Ana Maria Gonçalves, Miriam Alves e Eliana Alves Cruz, o artigo aponta que essas escritoras não apenas narram o Brasil, mas elas o reinterpretam, deslocando as estruturas que historicamente definiram quem pode ocupar o lugar do interprete da nação.
Palavras-chave: Literatura negra brasileira; autoria negra; interseccionalidade; escrevivência.

ABSTRACT

This article investigates how contemporary literature by Black Brazilian women provokes an epistemic shift in the literary field. Starting from the premise that Black female authorship is not merely a thematic expansion or cultural-political provocation, but a transformation in the very conditions of literary production — because Black women write, promote the circulation of their works, and generate recognition first among peers and only later within the literary field itself. The article is organized around three axes articulated through the concept of intersectionality (CRENSHAW, 1989): race, gender, and class. In the race axis, there is a central argument around how Black women writers challenge the historical mechanisms of epistemic exclusion that assign legitimate knowledge production to white men, drawing on the contributions of bell hooks, Lélia Gonzalez, and Rita Terezinha Schmidt. In the gender axis, a lineage is traced among Black Brazilian women writers, from Maria Firmina dos Reis to Conceição Evaristo, whose concept of escrevivência reframes Black literary writing and positions it as theoretical ground, because the relationship between lived experience, memory, and Black ancestry converges to expand the literary field. In the class axis, literary legitimation mechanisms operate unequally for Black women writers: they can be intellectuals and writers,

Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19720
Ensaios
Data de publicação: 27 de setembro

but rarely reach spaces of prestige, as demonstrated by the trajectories of Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, and so many others. Drawing on Patricia Hill Collins, Ana Maria Gonçalves, Miriam Alves, and Eliana Alves Cruz, the article argues that these writers do not merely narrate Brazil — they reinterpret it, and in doing so, displace the epistemic structure of who can occupy the place of Brazil's interpreter.
Keywords: Black Brazilian literature; Black female authorship; intersectionality; escrevivência.

1 INTRODUÇÃO

Quando a mulher negra se movimenta,
toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.
Angela Davis, palestra na UFBA, Salvador, 2017

Quando uma mulher negra publica um romance no Brasil, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela. Parafrasear Angela Davis é assumir que a literatura de mulheres negras brasileiras abre possibilidades para a reinterpretação do Brasil, porque no país em que o mito da democracia racial ocultou histórias, a produção literária de mulheres negras abre lugar para disputa de narrativas. É preciso considerar que as ciências humanas sempre obtiveram no texto literário objeto para análise e interpretação de Brasil, nesse sentido, portanto, o movimento de mulheres negras no campo literário não é apenas literário. Ele produz um duplo deslocamento: amplia as possibilidades de interpretação do Brasil, bem como tensiona os mecanismos de prestígio e legitimação que reorganizam o campo literário. Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Ana Maria Gonçalves oferecem interpretações para a versão do Brasil que historicamente marginalizou indígenas e população africana em detrimento da identidade europeia. O mosaico que a literatura brasileira construiu sobre o país sempre teve um viés sistemático de exclusão das produções negras, essa ausência sistemática resultou em negação a humanidade da negritude e a simplificação das relações raciais. Nesse sentido, coube a autoria negra feminina registrar a complexidade da população afrodescendente e disputar a narrativa deixada pelos intérpretes[1] do Brasil da década de 90.

O movimento literário negro tem seu princípio fundante na organização coletiva. Em 1978, no Centro de Cultura e Arte Negra, em São Paulo, nasce os Cadernos Negros[2] e a partir de 1980, o coletivo Quilombhoje Literatura assumiu a publicação da série, buscando aprofundar a experiência afro-brasileira na literatura. A publicação coletiva representa em si um lugar de resistência política. Com mais de quatro décadas de publicação ininterrupta, os Cadernos Negros constituem uma das mais duradouras iniciativas da literatura negra brasileira. Nesse sentido, a escrita de mulheres negras no Brasil não é recente, mas o impacto dessa produção nos circuitos editoriais brasileiros e no alcance internacional, porque a visibilidade nas traduções multiplica essas vozes para além das fronteiras nacionais.

Para interpelar a questão quanto o impacto da literatura de mulheres negras é necessário compreender as relações de gênero, de raça e de classe, buscamos uma cena do romance Ponciá Vicêncio,

1 Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Darcy Ribeiro.
2 Centro de Cultura e Arte Negra, em São Paulo.

Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19720
Ensaios
Data de publicação: 27 de setembro

que diz: “Da leitura era preciso tirar outra sabedoria. Era preciso autorizar o texto da própria vida.” EVARISTO, 2017. Nesse romance Conceição Evaristo interpela o leitor com o arco central da narrativa e torno da busca pela ascensão econômica, no contexto pós-escravidão, centralizada na busca pela busca de Ponciá Vicêncio pelo acesso ao mercado de trabalho e ao letramento educacional. Desse modo, a personagem atravessada simultaneamente pelos marcadores de raça, classe e gênero busca trabalho e educação na cidade mais próxima, no entanto, se depara com a tácita percepção de que a sabedoria da leitura não seria suficiente para melhoria de sua vida. Ponciá deixou para trás a fazenda em que viveu com sua família em condições mais brutais do legado escravocrata, mas embarca nas novas formas de violência dada pela supremacia branca no Brasil. O sobrenome Vicêncio é herdado dos antigos proprietários da fazenda e o nome carrega a permanência das estruturas violentas. Ainda assim, Ponciá aposta na mudança: parte para a cidade em busca de trabalho e aprende a ler, porque a educação se apresenta como horizonte de futuro. Na cidade, encontra outras formas de violência. Ao ingressar no casamento, a personagem passa a experimentar formas brutais de violência de gênero que, consequentemente, provoca o abandono pela vontade de viver de Ponciá Vicêncio. E é aqui que a narrativa se torna mais provocadora: a busca pela superação de uma forma de violência não significa a superação de todas as outras porque gênero, raça e classe operam juntas.

Kimberlé Crenshaw (1989), ao formular o conceito de interseccionalidade, nomeia precisamente esse movimento: as opressões se articulam e produzem experiências específicas que nenhuma categoria isolada consegue descrever. Esse conceito, desenvolvido no campo do direito crítico da raça, tornou-se uma das ferramentas analíticas mais acionadas pelas intelectuais negras brasileiras para pensar a condição das mulheres negras.

Nas últimas décadas, a literatura produzida por mulheres negras tem conquistado crescente visibilidade no mercado editorial brasileiro e internacional. Obras de Conceição Evaristo, Ana Maria Gonçalves, Cidinha da Silva, Eliana Alves Cruz e Jarid Arraes passaram a circular em universidades, clubes de leitura, feiras literárias e programas educacionais, ampliando o alcance do debate em torno de raça, de gênero e de classe. Embora persistam desigualdades nos mecanismos de publicação, crítica e consagração, observa-se um processo de fortalecimento da autoria negra feminina que reposiciona essas escritoras no centro das discussões contemporâneas sobre literatura e sociedade. Esse movimento não representa apenas uma ampliação do repertório literário nacional, mas uma disputa pelos modos de interpretação da experiência brasileira.

Nesse sentido, este artigo sustenta que a literatura produzida por mulheres negras redimensiona a compreensão da sociedade brasileira porque desloca os sujeitos autorizados a produzir conhecimento, interpretar a realidade e ocupar posições de legitimidade intelectual. Esse argumento é percorrido em três deslocamentos: quem pode ser reconhecido como sujeito do conhecimento; quem pode ocupar o lugar da autoria; e quem tem acesso à legitimação e à consagração literária.

Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19720
Ensaios
Data de publicação: 27 de setembro

2. QUEM É RECONHECIDO COMO SUJEITO DO CONHECIMENTO?

Durante séculos, a produção legítima do conhecimento foi associada a sujeitos masculinos, brancos, europeus e socialmente privilegiados. A entrada de mulheres negras no campo da autoria desloca essa tradição e amplia quem pode ocupar o lugar de intelectual. Rita Terezinha Schmidt (2017) mostra que o cânone literário brasileiro esteve historicamente associado a mecanismos de exclusão que privilegiaram vozes masculinas e silenciaram outras. A questão, portanto, não é apenas quem escrevia, mas quem era reconhecido como autor legítimo.

A hipótese de que a literatura escrita por mulheres negras reorganiza a compreensão da sociedade sobre essas três dimensões, não surge apenas porque seus textos tematizam o racismo, o sexismo ou as desigualdades sociais, mas porque a própria presença da mulher negra no lugar de autora já é, em si, um deslocamento. Essa questão, em Ponciá Vicêncio, surge com força quando a protagonista compreende que "da leitura era preciso tirar outra sabedoria". A formulação de Conceição Evaristo desloca a leitura da condição de simples alfabetização para a possibilidade de interpretação da própria existência. O conhecimento deixa de ser algo produzido sobre a população negra para tornar-se também algo produzido por ela.

É nesse ponto que bell hooks (1995) oferece uma formulação precisa: intelectuais negras sempre existiram, mas foram sistematicamente impedidas de ser reconhecidas como tal. O problema não é a ausência de filosofia negra, mas é a recusa do reconhecimento. Para Lélia Gonzalez (1984) esse diagnóstico, em 'Racismo e sexismo na cultura brasileira', toda produção de conhecimento parte de uma posição social específica, não há neutralidade na ciência. Quem fala ocupa um lugar na estrutura social quase sempre eurocentralizado e interpreta o mundo a partir de experiências concretas. Assim, gênero, raça e classe influenciam não apenas aquilo que se vive, mas também aquilo que se pode perceber e compreender sobre a sociedade. Na literatura, Rita Baiana, personagem de 'O cortiço', ganha notoriedade por sua sagacidade, mas a interpretação sobre ela é enviesada pelo olhar do fetiche sob o corpo feminino negro. Para Lélia Gonzalez o racismo brasileiro opera como uma espécie de ‹neurose cultural›: o país construiu para si a imagem de uma democracia racial, mas essa narrativa entra constantemente em conflito com a realidade, experienciada por exclusões violentas frutos da dinâmica racial. Para ela a neurose cultural opera como mecanismo ideológico no âmbito nacional, produzido e reproduzido em diferentes instâncias sociais e quase sempre nas instituições de saber. Isso se vê com clareza na representação das mulheres negras nos textos literários. Gonzalez mostra que a cultura brasileira produziu imagens recorrentes para enquadrá-las: a mucama, associada ao trabalho doméstico durante a escravidão; a empregada doméstica, sua atualização moderna; e a mulata, hipersexualizada e celebrada apenas em contextos específicos. O ponto central é que essas imagens não reconhecem a mulher negra como sujeito: transformam-na em função social, objeto de desejo

Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19720
Ensaios
Data de publicação: 27 de setembro

ou estereótipo exótico. E o caminho perfeito para essa interpretação é representação submissa findar na exclusão da mulher negra dos espaços de conhecimento. No entanto a literatura responde a esse apagamento. Eliana Alves Cruz, em Água de Barrela (2018), reconstrói a memória de mulheres negras no pós-abolição a partir de um arquivo doméstico, o que é, em si, é resposta literária à ausência delas[3] nos arquivos oficiais. A obra está carregada da postura intelectual filosófica que Gonzalez trouxe: ela recusa o apagamento e produz conhecimento a partir de dentro. Ao reconstruir trajetórias familiares apagadas dos registros oficiais, Eliana Alves Cruz transforma a memória em arquivo e a literatura em instrumento de produção de conhecimento histórico. A autora não apenas representa mulheres negras, ela intervém nos processos de construção da memória nacional, disputando quais narrativas serão preservadas e reconhecidas.

Nesse sentido, a exclusão epistêmica não se manifesta apenas pela ausência de determinados sujeitos nos espaços de produção de conhecimento, mas também pelos mecanismos que regulam quais vozes serão consideradas legítimas. No campo literário brasileiro, isso se traduz na formação de cânones, na seleção de obras estudadas nas universidades, na distribuição desigual de prestígio editorial e na própria definição do que pode ser reconhecido como literatura de valor. A entrada de mulheres negras nesses espaços não representa apenas a inclusão de novos temas, mas uma disputa pelos critérios que historicamente definiram quem pode interpretar a realidade brasileira.

3. QUEM OCUPA O LUGAR DA AUTORIA?

Nilma Lino Gomes (2017) argumenta que o Movimento Negro brasileiro também atua como produtor de saberes e de formas alternativas de interpretar a realidade social. Ao discutir a descolonização do conhecimento, ela chama atenção para os mecanismos históricos que invisibilizaram pessoas negras do lugar legítimo de saber. É nesse contexto que se situa a questão da autoria negra feminina: não apenas como prática literária, mas como gesto político e epistemológico. Assim como ela no campo da teoria, Conceição Evaristo na literatura sintetiza esse movimento: 'da leitura era preciso tirar outra sabedoria, era preciso autorizar o texto da própria vida' (EVARISTO, 2017, p. 109-110). A personagem compreende que a alfabetização, embora fundamental, não é suficiente: o conhecimento precisa ser também produzido por ela, não apenas sobre ela. Nas palavras da narrativa:

> *Compreendera que sua vida, um grão de areia lá no fundo do rio, só tomaria corpo, só engrandeceria, se se tornasse matéria argamassa de outras vidas. Descobria também que não bastava saber ler e assinar o nome. Da leitura era preciso tirar outra sabedoria. Era preciso autorizar o texto da própria vida, assim como era preciso ajudar a construir a história dos seus [...] (EVARISTO, 2017, p. 109-110).*

Evaristo permite certa compreensão sobre a autoria negra feminina para além da representação.

3 Aqui a autora ganha força tanto quanto o caráter de sua literatura ter personagens negros.

Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19720
Ensaios
Data de publicação: 27 de setembro

Não se trata apenas de escrever sobre mulheres negras, mas de reivindicar para elas o estatuto de produtoras de conhecimento. Nesse sentido, a autoria torna-se uma disputa pelo direito de interpretar a experiência histórica brasileira a partir de perspectivas que durante muito tempo permaneceram excluídas dos espaços de legitimidade intelectual.

Se Conceição Evaristo explicita teoricamente essa reivindicação da autoria, Maria Firmina dos Reis representa uma de suas manifestações mais precoces na literatura brasileira. Professora, e escritora maranhense, publicou em 1859 o romance Úrsula, considerado o primeiro romance da literatura brasileira. Sua trajetória evidencia que a exclusão das mulheres negras do campo literário não decorreu da ausência de produção intelectual, mas da dificuldade histórica de reconhecimento dessas produções como parte legítima da tradição literária nacional.

Úrsula antecede o poema Navio Negreiro, de Castro Alves (1869), e o romance A Escrava Isaura, de Bernardo Guimarães (1875). Pela primeira vez na literatura brasileira, personagens negros têm voz, alma e subjetividade, é o caso da personagem Preta Susana, cuja narrativa sobre a travessia atlântica denuncia a violência do tráfico negreiro a partir de quem o sofreu. Em 1881, Maria Firmina fundou a primeira escola mista e inclusiva do Brasil. A escola fechou em dois anos por pressão da elite local. Morreu em 1917, quase cega e em pobreza. Seu reconhecimento literário veio apenas no século XX, quando pesquisadores resgataram sua obra do apagamento.

Essa trajetória é, em si, o argumento deste eixo. Sua trajetória constitui, por si só, um argumento central deste artigo: Maria Firmina existiu, escreveu, publicou e participou ativamente da vida intelectual de seu tempo. Ainda assim, permaneceu durante décadas à margem da historiografia literária brasileira. Assim, a autoria destas mulheres negras revela que o problema nunca foi ausência de produção intelectual, mas ausência de reconhecimento.

Se Maria Firmina dos Reis inaugura, em 1859, uma nova percepção da população negra na literatura brasileira, Conceição Evaristo amplia e atualiza esse gesto no presente. Ao conferir aos personagens negros alma e sensibilidade, valores historicamente reservados aos personagens brancos da literatura oitocentista, Firmina rompe com as representações desumanizadoras predominantes. Evaristo continua e aprofunda esse gesto. Com Conceição Evaristo, o conceito de escrevivência amplia o campo da teoria literária brasileira ao propor que a escrita produzida por mulheres negras não seja compreendida apenas como representação, mas também como forma de conhecimento. Suas narrativas partem de experiências historicamente silenciadas e transformam a memória coletiva da população negra em matéria literária. Evaristo formula esse conceito de modo preciso: a escrevivência não é apenas escrever sobre a experiência vivida, é fazer da escrita um ato que acorda, que perturba o sono confortável dos leitores que não vivem aquela experiência (EVARISTO, 2022). Há, portanto, uma dimensão política que é também epistemológica.

Angela Davis (2016) oferece uma contribuição fundamental para compreender o que está em jogo nesse eixo. Em Mulheres, raça e classe, ela demonstra que as mulheres negras foram frequentemente tratadas como sem gênero quando o objetivo era explorar seu trabalho, e profundamente mar-

Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19720
Ensaios
Data de publicação: 27 de setembro

cadas pelo gênero quando o objetivo era controlar seus corpos. Essa contradição produz um fenômeno que ainda interpela o presente: uma presença e uma ausência simultâneas do gênero. Enquanto a feminilidade foi construída como sinônimo de fragilidade e dependência, as mulheres negras já carregavam séculos de trabalho compulsório. Por isso, sua experiência revela os limites das narrativas universais sobre 'a mulher'. A autoria de mulheres negras emerge justamente nesse ponto de tensão, tornando visíveis experiências que os modelos universais de sujeito e de mulher historicamente deixaram de fora.

Djamila Ribeiro (2017), ao discutir o conceito de lugar de fala, reforça essa perspectiva ao demonstrar que diferentes posições sociais produzem experiências distintas de elaboração do mundo. Reconhecer a autoria de mulheres negras significa também reconhecer a legitimidade dos conhecimentos produzidos a partir dessas experiências. Jarid Arraes, em Redemoinho em dias quentes (2018), retoma figuras históricas femininas negras e as reescreve como sujeitas, não como vítimas. É o gênero ora apagado, ora imposto, que Davis descreve sendo revertido pela palavra poética.

4. QUEM TEM ACESSO À LEGITIMAÇÃO E À CONSAGRAÇÃO LITERÁRIA?

Patricia Hill Collins (2019) demonstra que os grupos historicamente subordinados também produzem formas específicas de conhecimento sobre a realidade social. O problema não é a ausência de saber, mas o reconhecimento desigual da legitimidade desses saberes. Collins desenvolve o conceito de ponto de vista (standpoint): o conhecimento produzido a partir de posições marginalizadas não é apenas diferente — é, em muitos casos, mais completo, porque quem vive a exclusão a conhece de um ângulo que quem a pratica não consegue ver.

Ao longo da história da literatura brasileira, escrever nunca foi suficiente. Para que uma obra seja reconhecida, é preciso que circule, seja publicada, comentada pela crítica, estudada nas universidades e incorporada aos espaços de prestígio. Embora Pierre Bourdieu (2007) tenha demonstrado como os campos culturais distribuem de forma desigual o capital simbólico, interessa aqui observar como intelectuais negras têm analisado os próprios mecanismos de exclusão que atravessam a circulação e o reconhecimento de suas obras. A exclusão não ocorre apenas no acesso à produção, mas na deslegitimação sistemática dos conhecimentos produzidos por certos grupos. A questão da classe atravessa esse processo porque a produção literária exige tempo, formação, acesso a redes de sociabilidade intelectual e condições materiais de permanência no campo cultural. Para mulheres negras, historicamente concentradas nas posições mais precarizadas do mercado de trabalho brasileiro, o acesso à escrita e à publicação frequentemente ocorre em condições desiguais quando comparado aos grupos socialmente privilegiados. A disputa pela legitimação literária é também uma disputa por recursos materiais e simbólicos que possibilitam a permanência no campo da cultura.

A trajetória editorial de Conceição Evaristo ilustra esse argumento. Ela publicou seu primeiro livro solo, Ponciá Vicêncio, apenas em 2003, aos 56 anos, pela editora Mazza, uma editora de literatura negra, não uma grande editora mainstream. O reconhecimento amplo veio décadas depois de uma

Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19720
Ensaios
Data de publicação: 27 de setembro

produção já consolidada. Esse trajeto não é acidental: é estrutural. O mesmo ocorre com Ana Maria Gonçalves, Um Defeito de Cor (2006) levou anos para ser publicado por uma grande editora, ganhou o Prêmio Casa de las Américas e só chegou ao circuito mainstream muito depois. E com Miriam Alves, que publica desde os Cadernos Negros nos anos 1980 e permanece menos citada na academia do que sua produção justificaria, o que é, em si, um argumento sobre legitimação desigual.

Como observa Rita Terezinha Schmidt (2017), a constituição da tradição literária não é neutra, mas resultado de disputas por reconhecimento, visibilidade e legitimidade. Escritoras como Conceição Evaristo, Miriam Alves, Cidinha da Silva e Ana Maria Gonçalves nos ajudam a compreender que a questão não é apenas produzir literatura, mas conquistar condições de circulação e de reconhecimento. Quando mulheres negras passam a publicar, não disputam apenas espaço nas estantes ou nos catálogos: disputam o lugar de intérprete da realidade brasileira e de voz reconhecida como parte da tradição literária.

Nas últimas duas décadas, a literatura produzida por mulheres negras conquistou maior visibilidade no mercado editorial brasileiro, impulsionada pela ampliação de editoras independentes, clubes de leitura, coletivos literários e pela crescente inserção dessas autoras em universidades, premiações e programas de formação de leitores. Apesar desses avanços, a desigualdade na circulação e no reconhecimento permanece evidente, revelando que a disputa por legitimidade continua sendo uma dimensão central da autoria negra feminina contemporânea.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo percorreu três deslocamentos produzidos pela presença de mulheres negras no campo da autoria literária brasileira. O primeiro, o da representação: novas experiências passam a ser narradas a partir de perspectivas historicamente silenciadas. O segundo, o da autoria: amplia-se quem pode ser reconhecido como sujeito do conhecimento. O terceiro, o da legitimação: questionam-se os próprios mecanismos que definem quem tem acesso ao reconhecimento, à circulação e à consagração cultural. Esses três deslocamentos convergem pra importância dessas escritoras não está apenas nas histórias que contam. Está no fato de que sua presença transforma os próprios critérios pelos quais reconhecemos conhecimento, literatura e autoridade intelectual.

Elas não são apenas objeto da teoria, são teóricas da própria condição de exclusão e disputa por legitimidade. Cidinha da Silva, com sua escrita ensaística e literária que borra a fronteira entre teoria e ficção, exemplifica com precisão esse ponto. Ponciá Vicêncio e Carolina Maria de Jesus compartilham uma mesma questão: a consciência de que a escrita e a educação podem abrir portas, mas não eliminam, por si sós, o peso das estruturas históricas que continuam a restringir os horizontes das mulheres negras no Brasil. Ponciá deposita na leitura a esperança de que 'meio mundo se abriria' diante dela, mas percebe que a alfabetização, não é suficiente para romper sozinha as estruturas de desigualdade racial. O episódio em que queima livros e revistas simboliza a frustração diante da promessa de ascen-

Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19720
Ensaios
Data de publicação: 27 de setembro

são social pela via exclusiva do saber letrado.

Carolina Maria de Jesus materializou essa mesma experiência. Tornou-se uma das escritoras mais lidas da década de 1960, com Quarto de Despejo, figurando entre os autores mais vendidos de sua época. Ainda assim, o reconhecimento literário não a protegeu das estruturas do racismo. Frequentemente transformada em objeto de curiosidade pela imprensa e pela crítica, sua produção foi reduzida à condição de testemunho exótico da pobreza, enquanto sua potência intelectual e artística era sistematicamente minimizada. Ponciá é personagem. Carolina foi pessoa. Mas ambas revelam o mesmo mecanismo: a escrita abre, mas a estrutura fecha. É exatamente por isso que a presença de mulheres negras no lugar de autoras, intelectuais e produtoras de conhecimento não é apenas uma questão literária, é uma questão epistêmica.

Como a literatura questiona as dinâmicas de raça, gênero e classe na sociedade brasileira? A literatura produzida por mulheres negras o faz porque altera, ao mesmo tempo, três dimensões: questiona quem pode produzir conhecimento, quem pode ocupar o lugar da autoria e quem pode acessar os espaços de legitimidade e consagração. Esse redimensionamento tem consequências diretas para o campo acadêmico: se são as intelectuais negras que mais precisamente descrevem os mecanismos da legitimação, isso exige resposta institucional na hora de ler, citar e compor as bibliografias dos nossos cursos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Castro. *Os escravos*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
CRENSHAW, Kimberlé. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004. [Original: 1989]
DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
EVARISTO, Conceição. *Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita*. 2022.
GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.
GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, 1984, p. 223-244.
GUIMARÃES, Bernardo. *A escrava Isaur*a. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1875.
HOOKS, bell. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, 1995, p. 464-478.
RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala*? Belo Horizonte: Letramento, 2017.
SCHMIDT, Rita Terezinha. *Descentramentos/convergências: ensaios de crítica feminista*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19720
Ensaios
Data de publicação: 27 de setembro

SILVA, Cidinha da. *Quando borboletas furiosas se tornam mulheres negras*: nós e os livros. Belo Horizonte: Relicário, 2026.